

MEDIADORES SOCIAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA, DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA, BAHIA (1960/2007)

Elenice Almeida Carregosa¹, Sandra Lúcia da Cunha e Silva², Lucia Gracia Ferreira³, Doralice Chagas Tavares⁴

RESUMO

Diante da crise socioambiental vivenciada pela sociedade contemporânea e agravada pelo processo de globalização, têm surgido significativos movimentos internacionais de resistência ao modelo de civilização, instituídos pela modernidade ocidental, dentre estes, o movimento ambientalista. Essa realidade mostra que cada lugar tem sua história, seus homens e suas capacidades de se organizar e pensar alternativas para si, o que confirma a força do lugar. Assim sendo, a presente pesquisa teve por objetivo, através da análise documental e de entrevistas, avaliar as contribuições dos mediadores sociais do município de Itapetinga, localizado na região sudoeste da Bahia, com a história do movimento ambientalista local. Após doze meses de estudo, foi possível constatar que apesar de ainda apresentar um grave quadro de degradação das condições de vida do ponto de vista social e ambiental, decorrente do modelo de desenvolvimento tradicionalmente adotado na região, o município tem contado, nas últimas décadas, com a atuação de significativos atores sociais empenhados em reverter ou pelo menos minimizar a realidade posta. Graças à ação destes sujeitos, a comunidade dispõe de inúmeras realizações, fruto de antigas reivindicações desses movimentos que emergiram no seio de uma universidade pública local e foram atingindo outros segmentos sociais. Dentre estas realizações, podemos destacar a aprovação, em 2006, de importantes projetos, como o de reflorestamento das matas ciliares do Rio Catolé e o de tratamento do esgotamento sanitário da cidade, esta última em fase de execução. Outra conquista significativa consiste na implementação dos cursos de graduação em Engenharia Ambiental e de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Assim, pode-se perceber que os mediadores sociais, imersos nesse contexto, têm contribuído sobremaneira com a história do ambientalismo local e, consequentemente, com a construção de uma realidade socioambiental mais igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: sustentabilidade, meio ambiente, desenvolvimento sustentável.

¹Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pelo Centro de Ensino Pesquisa e Extensão Socioambiental da UESB/Campus de Itapetinga. E-mail: eleniceacarregosa@hotmail.com.

²Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

³Graduada em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga.

⁴Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga. Graduanda em Engenharia Ambiental.

SOCIAL MEDIATORS AND ITS CONTRIBUTION IN THE ACTION ENVIRONMENTALIST HISTORY, OF ITAPETINGA'S MUNICIPAL DISTRICT, BAHIA (1960-2007)

ABSTRACT

In front of the crisis socioenvironmental heartfelt by the contemporary society and worsened by the globalization process have been arising significant international actions of resistance to the civilization model instituted by the occidental modernity, among these, the action environmentalist. This reality exhibition that each place has its history, their men and its capacities of organizing and to think options for himself, what confirms the place force. That being the case for present research had for goal, through the documental analysis and of interviews, evaluate the municipal district social mediators contributions of Itapetinga, located in Southwest region of Bahia, with the history of the local action environmentalist. After twelve months studying, it was possible to verify that even present a serious terms of degradation, the life's contidion of the social and environmental point view, due to the development model traditionally adopted in the region, the municipal district been counting, in the last decades, with the performance of significant social actors made an effort to revert or at least minimize the reality posted. Thanks to the action of these subjects, the community spare a lot of achievements, old revindications fruit of this action that emerged in the midst of the local University and it were reached others social segments. Among these achievements can highlight the approval in 2006 of important projects, as the one of reforestation of the ciliary woodses of Rio Catolé and the city sanitary exhaustion treatment, this last in execution phase. Other significant conquest consists in the Graduation Course implantation in Environmental Engineering and of Postgraduation in Environment and Development, at university State of the Southwest of Bahia. This way, it can realize that the social, immersed mediators in this context, have been contributing excessively with history location and, with the construction of a more equalitarian socioenvironmental reality.

KEYWORDS: sustainability, environment, sustainable development.

INTRODUÇÃO

Vivenciamos, na contemporaneidade, os desdobramentos e as conseqüências dos processos que a modernidade instaurou. Como assinala GIDDENS (1991) e NASCIMENTO (2006), entre outros autores, a modernidade não conseguiu concretizar o seu projeto de libertar o homem das contingências materiais, culturais e políticas, conforme aspirou. Ao contrário, experienciamos um quadro de degradação das condições de vida no planeta sob todas as perspectivas. Diante disso, os paradigmas da modernidade vêm sendo severamente questionados.

Nesse contexto, a globalização se apresenta como uma das conseqüências fundamentais da modernidade (GIDDENS, 1991), e constitui-se na principal característica da sociedade contemporânea. Esse processo amplo e complexo compreende a economia, as finanças e as tecnologias, mas envolve também as relações sociais e a cultura. Representa um novo ciclo de expansão do capitalismo em escala mundial. Este que já foi mercantilismo, colonialismo e imperialismo, hoje é globalismo (IANNI, 2001).

Em seus cinco séculos de hegemonia, o capitalismo marcou uma história de destruição de formas sociais de vida e trabalho associados ao avassalamento de povos e culturas. Na atual ideologia desse sistema, o global e o consumo predominam como as únicas e verdadeiras metas a serem atingidas, devendo ser desconsiderados todos os demais aspectos sociais e humanos. Tudo deve ser substituído pelo pensamento único, pela satisfação pessoal, pelo consumo através do dinheiro e dos bens e prazeres proporcionados por ele, sem que se leve em consideração que tais metas e conceitos estão fora do alcance das classes populares de todo o mundo, excluídas, portanto, desse processo social.

Diante disso, o século XX tem sido caracterizado como a era dos extremos HOBBSAWM (1995), visto que houve nesse período uma exacerbação de todas as contradições gestadas pelo atual sistema, principalmente a exclusão social. Além disso, com a queda do muro de Berlim, muitas ilusões foram destruídas e romperam-se as ideologias alternativas à sociedade capitalista que, também, desencantou a sociedade contemporânea. Esta, embora vivendo grande e intenso crescimento da ciência e da tecnologia se depara com grandes ameaças à paz social e à própria existência do planeta (ATAÍDE, 2002).

Esses paradoxos convergiram para que as décadas finais do referido século fossem marcadas por mudanças paradigmáticas em todos os campos. A grande inovação dessa época constitui-se na tomada de consciência do homem quanto a sua responsabilidade perante a sócio-diversidade e o meio ambiente. O homem se dá conta de que já não é mais possível pensar e agir isolado e individualmente, que só socialmente poderá enfrentar essa era que se nos apresenta como aceleradamente voltada para o novo e o futuro, colocando em cheque convenções, valores e conhecimentos até então considerados como definitivos (ATAÍDE, 2002).

Apesar do paradigma da modernidade se encontrar sob severo questionamento, como apontam GIDDENS (1991), HARVEY (1992), SANTOS (1993) e BRAUMAN (2001), não se reconhece um fim da modernidade enquanto processo de dominação e exploração do homem. Contudo, já é possível perceber alguns sinais de esperança de uma nova era que está por vir, objetivamente, através do processo histórico. São muitas as visões e opções que estão sendo delineadas acerca do futuro, a partir dos movimentos sociais que dia a dia ganham mais fôlego e das articulações que estão sendo realizadas em âmbito mundial em prol de uma nova ordem onde prevaleça a ética voltada para a valorização da vida. Dentre estes destacam-se o Fórum Social Mundial e as redes de movimentos sociais de diferentes naturezas que lutam pela igualdade racial, pelo acesso à terra, pelo respeito às diferenças culturais, pela proteção ao meio ambiente e por tantas outras causas semelhantes (NASCIMENTO, 2006).

No que diz respeito ao movimento ambientalista, vale destacar sua evolução após a década de 1960. De uma visão protecionista e conservacionista, centrados na gestão racional dos recursos naturais e no ambiente não humano, o novo ambientalismo é marcado por um discurso de crise e medo em relação ao futuro da humanidade, avançando, segundo McCORMICK (1992), para uma crítica ideológica e politizada, em relação ao paradigma social adotado. Nesse sentido o ambientalismo ingressa nos anos 90 constituindo-se como um ator relevante, que embora carregue consigo as marcas do seu processo de afirmação, assume um caráter ampliado, baseado num esforço planejado de diálogo com outros atores sociais (JACOBI, 2003).

As inquietações diante do quadro de degradação socioambiental vivenciado no município de Itapetinga, localizado no Sudoeste da Bahia, motivaram a realização

dessa pesquisa que teve como objetivo avaliar as contribuições dos mediadores sociais com a história do movimento ambientalista local. Diante desse contexto, o presente estudo buscou resposta para a seguinte questão: Quais as contribuições dos mediadores sociais com a história do movimento ambientalista, no município de Itapetinga, tendo em vista o redimensionamento da realidade posta? Conforme JACOBI (2003), o salto de qualidade do ambientalismo ocorre, na medida em que se cria uma identidade entre o significado e dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre degradação ambiental e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções coletivas.

METODOLOGIA

O município de Itapetinga, localizado na região Sudoeste da Bahia, possui uma área geográfica de 1.615,4 km² e é o terceiro município mais populoso do Sudoeste da Bahia. Sua população de 57.931 habitantes representa 5,10% desta região e 0,44% do total do Estado. A taxa de urbanização de 95,25% encontra-se muito acima da apresentada para o Sudoeste da Bahia que é de 65,29% e para o conjunto do Estado, que é de 67,65%, o que revela a grande concentração de toda esta população na área urbana (OLIVEIRA, 2002).

Em decorrência das conseqüências dessa densidade demográfica, bem como dos demais problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento historicamente adotado, o município apresenta um quadro de insustentabilidade do ponto de vista socioambiental.

Diante disso, e considerando as notáveis manifestações de resistência contra o paradigma atual, experienciado em nível global, por diversos segmentos sociais organizados, dentre eles, o movimento ambientalista, o presente trabalho teve por objetivo avaliar em nível local, as contribuições dos mediadores sociais imersos nesse contexto com a história do ambientalismo e, conseqüentemente, com a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo no município.

Assim, entre os meses de abril de 2007 e maio de 2008, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo junto aos sujeitos envolvidos no processo, tendo em vista conhecer essa realidade através de suas percepções, reflexões e intuições. Por se tratar de uma temática ainda não explorada no município, realizou-se inicialmente um estudo exploratório, por meio de entrevistas informais com ambientalistas, especialistas, professores e demais profissionais da área ambiental, com o objetivo de escolher os informantes mais capacitados para contribuir com a pesquisa.

Esse procedimento contribuiu para a definição dos sujeitos e para a escolha da amostra da pesquisa que se deu por tipicidade e por acessibilidade, recaído sobre membros das organizações não-governamentais, das cooperativas e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A partir daí, foram realizadas entrevistas focalizadas, visto que, como assinala GIL (1999), esse tipo de entrevista é recomendável com grupos que passaram por experiências específicas, por enfocar um tema determinado, permitindo ao entrevistado falar livremente sobre o mesmo. Assim, pois, os sujeitos discorreram sobre os fatores que motivaram e permearam o processo de constituição das ONGs, cooperativas e programas; sobre os objetivos de tais organizações; revelaram as dificuldades encontradas para criação/implementação das mesmas; citaram as ações desenvolvidas e/ou que pretendiam desenvolver junto a outros projetos ou

instituições; enfatizaram o recebimento de incentivo de governo federal, estadual ou municipal. Além de terem evidenciado as principais contribuições destas organizações para a comunidade local.

Como instrumento de coleta de dados também foram realizadas análises de fotografias e registros de atas de criação das ONGs, junto ao cartório local. Paralelamente a este processo de coleta, os dados foram analisados e organizados, apontando, em muitos momentos, para a necessidade de retorno ao campo em busca de novas informações que dessem conta de responder aos objetivos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 Desenvolvimento (in)sustentável: a trajetória do município de Itapetinga

O município de Itapetinga, localizado no sudoeste da Bahia, não poderia fugir à crise socioambiental que aflige a humanidade, visto que o processo de colonização da região foi marcado pela mesma racionalidade moderna/capitalista que corroborou para o atual quadro de degradação social e ambiental vivenciado. Conforme OLIVEIRA (2002), este município foi um dos últimos espaços explorados no Estado devido à difícil penetração decorrente dos obstáculos naturais da vegetação de mata densa e à resistência indígena ao invasor branco. A este propósito, a autora assinala:

(...) o processo de desbravamento da região pelo homem civilizado aconteceu principalmente, através da força das armas diante dos povos nativos e de práticas agressivas de exploração da natureza (OLIVEIRA, 2002, p. 54).

Dessa forma, por volta de 1912, o primeiro posseiro se instalou na área onde hoje se encontra a cidade de Itapetinga. Em busca de terras férteis para tirar posses, Bernadino F. de Souza, liderando um grupo de desbravadores encontrou, na margem direita do rio Catolé, o local ideal para se fixar e construir sua propriedade. Ao relatar a chegada destes colonizadores à região, MOURA (1998, p.32) descreve um ecossistema rapidamente ameaçado pela ação antrópica.

[...] guiados pelo sol, embrenharam-se nas matas virgens, abrindo picadas com facão, atravessando obstáculos como matas muito fechadas, ladeiras e riachos. No dia seguinte, banharam-se no caudaloso rio, pescaram, percorreram uma área pequena ao seu redor. (...) derrubaram um pedaço da mata, na margem do rio, até o local da improvisada rancharia feita por eles (...). Habitavam a região recém-descoberta os caboclos que disputavam a governança do grande rio, devido à pesca e à caça de capivaras [...].

A partir daí, outros conhecidos de Bernadino se instalaram nas redondezas, abrindo espaço na densa mata, dentre eles, Augusto de Carvalho que, em 1924, separou um pedaço de terra de 10 ha para a formação de um povoado, que algumas décadas depois viria a se constituir na atual cidade.

Conforme CAMPOS (2006), o núcleo urbano inicial, constituído por volta de 1929, tinha o objetivo de concentrar o abastecimento necessário à população que começava o desbravamento da região e passou a chamar-se “Comercinho de Augusto”. Mais tarde, recebeu o nome de Itatinga, devido à grande quantidade de pedras brancas existentes na região.

A adequação das características do solo e clima destas terras à pecuária bovina propiciou o rápido desenvolvimento da atividade. Isso convergiu para que o povoado se tornasse um importante foco de atração para as regiões circunvizinhas, criando aí grandes oportunidades de negócios (HASSEGAWA, 1992, apud OLIVEIRA, 2002). Assim, o arraial de Itatinga se expandiu a passos largos, tornando-se a sede do distrito de Itatinga, criado pelo Decreto Estadual nº. 8.499, de 22 de julho de 1933, pertencente ao Município de Vitória da Conquista (CAMPOS, 2006).

Dessa forma, por volta de 1935, o distrito já se constituía em um núcleo urbano de quase mil habitantes com mais de 40 casas (GOMES, 2002), e, em 1943, passou a chamar-se Itapetinga, por haver na ocasião, outro município com a mesma denominação, o que não era permitido pela legislação vigente.

Contudo, o rápido desenvolvimento econômico alcançado não se traduzia em desenvolvimento social e ambiental. A monocultura da pecuária bovina, com apenas uma pequena agricultura de subsistência, o distanciamento de outros centros comerciais, dentre outros fatores, tornava o custo de vida muito alto, gerando graves problemas sociais. Somando-se a isso a grande intensidade do desmatamento, a utilização constante das queimadas e as múltiplas consequências da pecuária bovina extensiva e impactante convergiam para o desencadeamento de sérios problemas ambientais. Sobre a prática das queimadas na região, FERREIRA (2002, p. 33) assinala:

O ato de colocar fogo para eliminar a macega é uma prática comum, e alguns produtores chegam a afirmar que os pastos, depois de queimados, revigoram muito mais. Devido esta crença este tipo de manejo é usado em larga escala. De forma geral 43,75% dos produtores lançam mão desta prática.

Na década de 40, a economia local foi marcada por um forte ingresso de capitais vindos de outros municípios através da aquisição de terras por parte de pecuaristas de outras regiões. O êxito da atividade pecuária possibilitou, conforme CAMPOS (2006), que a Vila de Itapetinga atingisse um nível de maior poder econômico que a própria sede do município, o que convergiu para a sua autonomia municipal. Assim, a Lei Estadual nº508 de dezembro de 1952, criou o município de Itapetinga elevando a Vila à categoria de cidade sede desse município, que só foi instalado de fato em 07 de abril de 1955, com a posse de seu primeiro prefeito, Juvino Oliveira.

Assim sendo, entre 55 e 59, a atividade pecuária, em franca expansão, ocupou plenamente todos os espaços naturais na região, provocando também a intensificação da atividade extrativista madeireira. Com isso, a despeito das consequências ambientais, o município de Itapetinga passou por forte processo de desenvolvimento, despontando como líder nas atividades econômicas e culturais em relação a outros municípios em seu entorno. De acordo com OLIVEIRA:

A partir da década de 60, as conseqüências decorrentes do modelo de desenvolvimento historicamente adotado começaram a se intensificar. A ocupação do espaço exclusivamente com a pecuária, a ausência quase total da agricultura, dentre outros fatores, contribuíram, atrelada a uma crise nacional do setor, para que se esboçasse uma crise socioeconômica na região (2002, p. 76).

Nesse contexto, segundo a autora (2002) os pecuaristas se viram forçados a buscar alternativas que conseguissem diversificar a economia regional (sem, no entanto, alterar as bases da estrutura fundiária instaladas), inaugurando no município o sistema de pecuária bovina mista (corte e leite) e a criação de pequenos laticínios. Conforme FERREIRA (2002), esse sistema foi intensificado nos anos de 1965 a 1984 com a reestruturação da atividade através da expansão do rebanho bovino misto e pela implantação da grande indústria de laticínios e de um Matadouro Frigorífico.

Contudo, OLIVEIRA (2002) assinala que essa tentativa de alavancar o ciclo industrial não foi capaz de modernizar a produção pecuária, baseada no modelo extensivo de criação. Esse sistema, mesmo em crise, conseguiu sobreviver devido à existência de grandes latifúndios, que conseguiram se capitalizar através da estratégia extrativista, resultando no crescimento de concentração fundiária e provocando enorme débito social, além do agravamento dos problemas ambientais. Assim, pois, a região não conseguiu escapar da crise que, a despeito de algumas retomadas de prosperidade econômica, foi se acirrando cada vez mais.

Dessa forma, o quadro de desenvolvimento do município permanece marcado pela baixa oferta de oportunidades de emprego, a quase exclusiva atividade pecuária bovina, a degradação das pastagens e dos recursos naturais (destruição das matas, da biodiversidade em geral, aumento de pragas das pastagens, o assoreamento e poluição de rios e maior risco de secas), além da concentração de terras e de renda e da histórica e conseqüente falta de trabalho e exclusão social no campo com forte êxodo rural e aumento da marginalidade, da prostituição infanto-juvenil e da pobreza no município, dentre outros problemas.

2 Mediadores sociais e a história do movimento ambientalista no município de Itapetinga

Diante do quadro de degradação socioambiental alguns membros da comunidade itapetinguense começaram a se mobilizar, tendo em vista o redimensionamento ou mesmo a minimização da realidade posta. Essas mobilizações tiveram início no seio da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Itapetinga, e foram atingindo outros segmentos sociais. Assim, os primeiros movimentos ambientalistas no município nasceram das inquietações dos profissionais desta instituição, diante das conseqüências da relação de exploração do homem com a natureza.

A UESB foi implantada em Itapetinga, com a criação do Curso de Zootecnia, em 1982, configurando-se, a partir daí, como um importante instrumento na busca de um modelo de desenvolvimento menos predatório do ponto de vista socioambiental. Vale ressaltar que, em nível mundial, a década de 80, segundo Jacobi (2003), foi marcada pelos impactos da crise econômica e pelo alarme dado pelos fenômenos de aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, o que

apontou para a necessidade de que os paradigmas existentes fossem repensados. Atualmente, essa Instituição conta com os cursos de graduação em Engenharia Ambiental e Ciências Biológicas, portanto contribuindo com a formação de profissionais voltados para essa discussão, uma pós-graduação em nível de Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento, além de estar caminhando para a implantação de um Mestrado na área de Ciências Ambientais. Vale ressaltar, também, a reestruturação curricular do curso de Zootecnia, cuja preocupação com a produção de alimento de uma forma menos impactante está sendo considerado, além do curso de Pedagogia, que conta com uma disciplina que visa instrumentalizar os futuros professores e/ou orientadores pedagógicos na área de educação ambiental.

A longa trajetória da UESB na ampliação da consciência socioambiental da comunidade na qual está inserida foi marcada, dentre outras ações, pela constituição da primeira Organização não-governamental ambientalista (ONG), do município de Itapetinga, a Associação Brasileira de Ecologia (ASTEC), no ano de 1985, conforme o depoimento do ambientalista e professor da UESB, Antonio Fernandes, no entanto essa ONG parecer não ter sido registrada, já que não foi encontrado no cartório do município de Itapetinga nenhum documento que pudesse comprovar a sua existência legal, embora outros entrevistados também tenham citado a sua existência.

Segundo o ambientalista, os anos de 1984 e 1985 foram marcados por grande preocupação da comunidade acadêmica em relação às questões ambientais, devido às transformações ocorridas nos anos 80, conforme mencionado anteriormente. Além dos problemas globais, segundo Antonio Fernandes, os profissionais dessa instituição estavam muito preocupados com as questões locais. Dentre elas, as consequências do desmatamento, inclusive das matas ciliares do Rio Catolé, que marcaram o processo de colonização da região. Diante disso, esses profissionais sentiam a necessidade de ampliar as discussões sobre a problemática vivenciada, envolvendo a comunidade itapetinguense, inclusive os gestores, nesse debate e, conseqüentemente, na busca de alternativas locais sustentáveis.

Assim, a ASTEC, teve como objetivo inicial contribuir para a ampliação do nível de conhecimento da comunidade local sobre as questões ambientais e desenvolver, em parceria com o Governo Municipal, projetos de reflorestamento da região, que já se encontrava inteiramente devastada na época.

No que tange à proposta de reflorestamento, de acordo com o referido professor, a ONG, com o apoio da Prefeitura Municipal e do Parque Zoobotânico da Matinha, realizou um trabalho de reflorestamento que culminou com o plantio de 200 árvores na cidade.

Esse fato, dentre outros aspectos, ilustra a importância do Parque Zoobotânico da Matinha para o município de Itapetinga, como significativo espaço de educação ambiental, por proporcionar importantes elementos de pesquisa para alunos e professores da universidade, além de possibilitar aos cidadãos itapetinguenses uma visão do que representa um ecossistema hoje ameaçado de extinção, no caso, a mata atlântica, visto que dos 24 ha de área total do Parque, 10 ha são de remanescente desse bioma, representando assim, uma significativa amostragem da fauna e da flora ainda existente. Apesar de sua incontestável importância, Antônio Fernandes resalta que o parque ainda tem sido pouco utilizado como objeto de pesquisa e dinâmica educacional, o que, a seu ver, limita avanços na área ambiental no município. Em consonância com esse pensamento, FREITAS (2007, p. 243) assinala:

O Parque Municipal da Matinha possui uma estrutura ideal para que possa ser utilizado como instrumento de construção de uma consciência ambiental. Contudo, esse espaço não tem contribuído de forma efetiva para essa formação. Dentre os diversos objetivos de um jardim zoológico, o Parque só atinge o de diversão e lazer, não levando os visitantes a se interessar sobre o conhecimento da ecologia, do comportamento natural das espécies e da importância da fauna e da flora para o equilíbrio dos ecossistemas.

Outro aspecto limitador de avanços nessa área, segundo depoimento do ambientalista, Antonio Fernandes, constitui-se na falta de continuidade nos programas de governo, visto que, em sua opinião:

Um governo começa a realizar um trabalho e este se perde no processo de transição, até que o governante subsequente retome aquela atividade, muita coisa já se perdeu. Assim, a descontinuidade do projeto de reflorestamento é apenas um exemplo das consequências dessa desarticulação nos programas governamentais. Nesse caso, o referido processo foi limitado ao plantio de apenas 200 árvores, quando poderia ter uma abrangência bem maior.

No que diz respeito à ampliação do nível de conhecimento da comunidade acerca das questões ambientais, os ecologistas, que constituíam a ONG, pretendiam fazê-lo através da educação formal. Para tanto, visavam, naquele momento, por volta de 1985, incluir a disciplina Ecologia nos currículos escolares do Ensino Fundamental I e II. A este propósito, vale ressaltar que o termo Educação Ambiental foi citado pela primeira vez numa Conferência de Educação, realizada no ano de 1965, na Universidade de Keele (Inglaterra), sendo relacionada à conservação ou ecologia aplicada e tendo como principal disseminador a biologia (SILVA, 2002, apud DIAS, 2004).

Assim, a visão acerca da educação ambiental, expressada através da proposta de criação de uma disciplina de Ecologia com o fim de sensibilizar a comunidade itapetinguense, permanecia marcada por essa concepção inicial, disseminada pela biologia, o que se justifica por não haver no Brasil, até aquela data, uma política de educação ambiental. Apesar da Conferência de Estocolmo, em 1972, ter marcado o reconhecimento internacional quanto à importância do papel da educação para a construção de sociedades sustentáveis, e de em 1977, na Conferência de *Tbilisi* terem sido determinados os princípios básicos da educação ambiental, somente em 1991, durante o processo preparatório da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é que o Ministério de Educação começou a definir metas e estratégias para a implantação da educação ambiental no país (PEDRINI, 1997).

No entanto, o objetivo pleiteado pela ONG no que se referia à educação, não foi alcançado, ocorrendo apenas algumas atividades educativas pontuais junto a instituições Estaduais e Municipais de Ensino.

Apesar das inquestionáveis contribuições à causa ambiental, a ONG passou por algumas dificuldades nos anos subsequentes, que convergiram para sua

desarticulação, por volta de 1990. Contudo, muitos atores sociais que constituíam essa organização permaneceram, através de outras frentes de atuação, na luta por melhores condições ambientais para o município de Itapetinga.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) continuou o seu protagonismo no que diz respeito às questões ambientais, graças, novamente, à atuação de seus profissionais que, no decorrer da história, vêm contribuindo para avanços significativos nessa área, através das importantes ferramentas de que dispõem: o ensino, a pesquisa e a extensão. Vale ressaltar que a presença da Universidade sempre foi marcante nos processos de educação ambiental desenvolvidos no município, desde as primeiras práticas adotadas, até as atuais experiências vivenciadas.

A este propósito, destacamos o relevante trabalho desempenhado pela bióloga Sandra Lúcia da Cunha e Silva, que, na década de 1990, passou a compor o quadro de professores desta Instituição. Assim, a partir das aulas práticas desenvolvidas junto aos alunos de graduação em Zootecnia, a bióloga conheceu o lixo da cidade, entrando em contato com uma realidade marcada pela mais absoluta miséria, fome e exclusão social. Por mais cruel que possa parecer, o “lixão a céu aberto” se constituía em fonte de sustento para várias famílias que, além de coletar e comercializar o material reciclável obtinha o seu alimento dos resíduos orgânicos descartados por outros seres humanos.

Diante disso, e consciente de que os problemas ambientais e sociais estão inter-relacionados, a ambientalista idealizou um projeto que teve como objetivo propiciar condições àquelas pessoas de resgatar a sua cidadania, além de promover a reflexão junto à comunidade local sobre o destino dos resíduos gerados no município. Esse projeto contou com a adesão de outros professores e funcionários da Instituição, de alunos de graduação, além de membros da comunidade itapetinguense, com destaque para o grupo de teatro Liberdade União e Amor (LUA). A partir daí, a idéia tomou corpo e se materializou.

Assim, no ano de 1994, foi implantado o projeto de extensão intitulado “O homem e a sua participação na qualidade do meio onde vive – Tá Limpo,” pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob a coordenação da referida professora, objetivando promover a reflexão sobre os diversos aspectos que permeiam a problemática socioambiental. Dessa forma, o projeto se configurou como o grande marco da discussão ambiental, especialmente no que diz respeito ao papel da educação no município de Itapetinga, conforme o depoimento do professor da UESB, Wellington Freitas Soares.

Como metodologia de sensibilização, visando suscitar a discussão sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos e a importância socioambiental da coleta seletiva, foi utilizada, inicialmente, uma peça teatral, dirigida pelo grupo de teatro LUA, tendo como atores o próprio grupo, voluntários da comunidade itapetinguense, bem como alunos do curso de Zootecnia da UESB, além de uma oficina de papel reciclado.

Apesar de sua incontestável importância para o município, esse programa em sua fase inicial, não conseguiu atingir o grande público, visto que suas ações ocorriam em ambientes fechados ou em praça pública e mediante solicitação de interessados, a exemplo da peça teatral. Além disso, a falta de recursos financeiros se constituía em forte limitador de suas ações, impossibilitando, inclusive, o desenvolvimento de um trabalho mais sistematizado junto às instituições de ensino.

No ano de 1996 o projeto “Tá Limpo” foi aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o que convergiu, juntamente com as ações anteriormente

desenvolvidas, para despertar o interesse dos gestores públicos pela temática em questão, corroborando para o estabelecimento, em 1997, de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Itapetinga (PMI) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como assinala o especialista em meio ambiente e desenvolvimento Washington Luiz Souza Maciel.

Assim sendo, através da referida parceria e do financiamento do FNMA foi possível o desenvolvimento de um programa de educação ambiental que contemplou cerca de 3000 mil alunos, de instituições públicas e particulares de ensino. A partir daí, além da ampliação do nível de atuação do grupo teatral, com a remuneração dos envolvidos, foi produzido um vídeo educativo intitulado “O lixo do luxo” e que objetivava mostrar a comunidade o destino dado aos resíduos da cidade (naquele momento, lixo a céu aberto). Também, foi editada uma cartilha informativa sobre a coleta seletiva de lixo. Todas essas ações convergiram para despertar na comunidade à consciência quanto à necessidade do adequado gerenciamento dos resíduos.

Vale ressaltar que os avanços socioambientais experienciados no município, fruto desse programa de sensibilização, são incalculáveis. Dentre eles, a construção, em 2001, do aterro sanitário da cidade. Embora tenha sido uma ação do Governo Municipal, a sua implementação foi viabilizada graças a uma sensibilização da comunidade itapetinguense, especialmente os seus gestores, desencadeada pelo processo de reflexão potencializado pelo projeto Tá Limpo, conforme salienta Washington Maciel. Outro ponto a ser destacado diz respeito à organização dos “catadores de lixo” em uma associação, com o nome de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Itapetinga (ASCMARE). Para o desenvolvimento dessa ação, além do financiamento do FNMA, o projeto contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Itapetinga, que forneceu o espaço físico, onde ainda hoje se encontram os catadores, bem como arcaram com as despesas de luz e água, até que os mesmos alcançassem autonomia. É importante destacar que mesmo com o financiamento, usado para a realização de atividades de educação ambiental e para a organização dos catadores, os recursos não eram suficientes e o projeto passou por diversas dificuldades para a sua implementação e continuidade, de acordo com Wellington Freitas Soares. A partir de 1998, a coordenação do projeto Ta Limpo e assessoramento dos catadores, em virtude do afastamento da professora Sandra Cunha para cursar o doutorado na Fundação Oswaldo Cruz, ficou sob a responsabilidade do professor Wellington Freitas Soares. Este, por sua vez, após dois anos, também precisou se afastar, tendo em vista a sua aprovação no Curso de Mestrado na Universidade Estadual de Santa Cruz, na cidade de Itabuna. A partir de então os catadores assumiram a gestão da Associação.

Contudo, diante da inexperiência na autogestão do negócio, os catadores acabaram reféns de atravessadores que compravam o material coletado a preços muito baixos e os revendiam pelo real valor, se apropriando, assim, dos lucros gerados e submetendo os catadores a situações muito difíceis. Essa situação só foi redimensionada com o retorno dos idealizadores do projeto Tá Limpo, que ao tomarem conhecimento de que seria implantado um projeto voltado para o fomento de cooperativa de catadores de materiais recicláveis no Estado da Bahia, participaram de reuniões, junto a Petrobrás, no sentido de incorporar na listagem dos municípios que seriam contemplados com o financiamento o município de Itapetinga. Culminando, no ano de 2005, com a inserção dos catadores do município na rede Cata Bahia, financiado pelo programa Petrobrás Fome Zero, coordenado pelo Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA), uma Organização da

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a qual foi fundada no ano de 1996, na cidade de Salvador, que tem como principal objetivo organizar e fortalecer as cooperativas de catadores do estado da Bahia, dando importância e reconhecimento a estes.

Dessa forma, embora essa associação tenha passado por diversas dificuldades financeiras no decorrer de sua trajetória, e em alguns momentos ter-se desvirtuado do seu objetivo primeiro de socialização e resgate da cidadania dos catadores, a primeira experiência cooperativista vivenciada forneceu os alicerces para a implantação da Cooperativa de Catadores de Itapetinga e Itororó (ITAIRO), no ano de 2005. Vale ressaltar que Itapetinga e Itororó estão entre os dez municípios baianos beneficiados pelo projeto, além de representar a primeira experiência que aglutina dois municípios em uma só cooperativa, motivo pelo qual recebeu o nome de ITAIRO, por integrar o nome das duas cidades. No entanto há que se destacar que a intervenção da universidade, através do seu Programa de Educação Ambiental Tá Limpo, bem como da influência de um grupo político local, foram dois fatores essenciais para o estabelecimento da cooperativa ITAIRO, no município de Itapetinga.

Vale ressaltar que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis contribuem para mudanças socioambientais efetivas nos municípios onde estão inseridas, possibilitando melhores condições de vida para os catadores e melhorando as condições ambientais, através da coleta seletiva de materiais recicláveis. No entanto, a cooperativa ainda não possui sede própria, funciona, ainda, no mesmo galpão que funcionava a antiga ASCMARE, o qual, conforme já citado, foi cedido pela Prefeitura Municipal de Itapetinga. Ela possui um núcleo de apoio na cidade de Itororó, também adquirido através de uma concessão municipal. Conforme André Dantas, técnico do PANGEA e assessor dos catadores em Itapetinga, embora a Petrobrás seja a patrocinadora integral da cooperativa, a mesma conta com o apoio das prefeituras locais.

Contudo, André assinala que a construção da sede própria já se constitui em uma realidade próxima, visto que faz parte de um projeto aprovado junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDS. Além da construção da sede no distrito industrial de Itapetinga, o projeto contempla, segundo o técnico, a instalação do primeiro núcleo de industrialização de materiais recicláveis, bem como a capacitação dos atuais cooperados para a auto-gestão do novo empreendimento. É importante ressaltar que a ITAIRO iniciou seus trabalhos com 22 membros e hoje conta com 42. Esses profissionais que receberam uma capacitação proporcionada pela ONG PANGEA para atuarem como catadores continuarão se qualificando para assumirem efetivamente a gestão da cooperativa, conforme destaca André Dantas.

Nesse sentido, o técnico assinala que são inúmeras as contribuições das ações da cooperativa para a sociedade. Além da inclusão social e econômica dos catadores, a preservação ambiental desencadeada por esta organização é inquestionável. Os catadores que contavam com uma renda mensal de R\$ 90,00 (noventa reais), hoje recebem em média R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais). “Esse acréscimo significativo no orçamento dos cooperados se deve à eliminação da figura dos atravessadores” e à vinculação dos cooperados ao programa Rede Cata Bahia.

No entanto, apesar dos avanços obtidos, a cooperativa ainda enfrenta muitas dificuldades, dentre elas, o técnico do PANGEA ressaltava a falta de consciência socioambiental de uma parcela da comunidade local que não contribui com a coleta seletiva. Além disso, mesmo aqueles que colaboram, na maioria dos casos, impõem exigências impossíveis de serem cumpridas pelos catadores, como exemplo, a

realização da coleta em dias e horários impreterivelmente determinados por eles. São comuns ainda, casos de tratamento desrespeitoso, agressivo e grosseiro para com os catadores que não atendem, a contento, as exigências feitas.

A este propósito, cabe à educação ambiental um importante papel, visto que, para uma dada sociedade/comunidade desenvolver-se necessita da formação e da ação de seus cidadãos, o que implica desenvolvimento de consciência crítica e pensar autônomo, comprometido com seu espaço real e concreto de atuação. Contudo, ainda segundo o técnico, o município apresenta lacunas no que diz respeito à política de educação ambiental, o que implica em limitações para o trabalho realizado pela cooperativa.

No entanto, a despeito das dificuldades enfrentadas, não se pode desconsiderar o importante trabalho desenvolvido pelo movimento ambientalista nas últimas décadas e que tem contribuído sobremaneira para minimizar o quadro de degradação socioambiental do município, especialmente no que tange a educação ambiental, conforme mencionado neste trabalho. Se os resultados positivos são visíveis no que diz respeito aos resíduos sólidos, a situação não se diferencia no que concerne aos recursos hídricos, o que pode ser constatado através da ação da ONG Ação para Proteção Ambiental de Itapetinga e Regiões (APAIRI).

A idéia de constituição da ONG APAIRI é fruto de uma antiga inquietação de alguns membros da comunidade itapetinguense, diante do avanço da degradação sobre o rio Catolé que, além da indiscutível importância para a comunidade local, também se constituía em fonte de lazer. Contudo, apesar das inquietações e questionamentos dos jovens idealistas, o processo de concretização da APAIRI, cujo objetivo central é a preservação do rio Catolé, só foi possível após vários anos de mobilização de seus idealizadores, bem como de alguns segmentos sociais organizados.

Segundo um representante da ONG, o processo de degradação do rio teve início nos meados dos anos 50, com a colonização da região e o conseqüente desmatamento das matas atlântica e ciliar para a cultura de capim colônia, objetivando o fortalecimento da pecuária extensiva. Após a devastação, a capacidade da vazão do rio diminuiu, favorecida pelo excesso de evaporação, provocada, em grande parte, pelo crescente assoreamento. A evaporação, por sua vez, diminuiu a capacidade de renovação da vida neste bioma, quebrando assim um ciclo normal da natureza que acelera, a cada dia que passa, a “morte” do rio. Somando-se a tudo isso, o Catolé sempre foi depósito para os esgotos da cidade, bem como para toda espécie de resíduos descartados por uma parcela da população local.

A convergência de todos esses fatores era suficiente para conduzir o Catolé ao esgotamento. Ainda assim, foi necessário mais um agravante para que a comunidade itapetinguense tomasse consciência da seriedade da questão e se mobilizasse visando à minimização da realidade posta.

Entre 1997 e 1998, a região de Itapetinga vivenciou um dos mais acentuados períodos de seca. A ausência de chuvas por um prolongado período, somando-se à histórica situação de degradação dos 4,5 quilômetros de extensão da corrente de água no município, agravou a situação do Catolé, baixando drasticamente seu nível de água.

Essa redução do nível de água do rio levou a concessionária do serviço de água local, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), a bloquear o curso normal, com o auxílio de pedras (um fato inédito na história de Itapetinga), para elevar o ponto de captação em mais de 80 centímetros. Para ampliar ainda mais os

problemas enfrentados pela Autarquia Municipal e pela população local, a empresa responsável pelo abastecimento de água, EMBASA, da vizinha cidade, Vitória da Conquista, por enfrentar problemas da mesma natureza, resolveu investir esforços num projeto para aumentar a captação de água na nascente do rio Catolé, na cidade de Barra do Choça (DIMENSÃO,1998). A problemática evidenciada tomou vulto nos meios de comunicação da época, levando a população a um momento de grande preocupação com a possibilidade de diminuição da vazante do rio Catolé.

Neste contexto, o grupo de ambientalistas ligado ao instituto APAIRI, começou a atuar, coordenando uma ampla campanha de recuperação do rio, no decorrer de 1997 e 1998. Inicialmente, foi desenvolvido um trabalho de sensibilização e conscientização da comunidade através dos meios de comunicação, como o rádio e o jornal. Também foram realizadas caminhadas ecológicas, com a utilização de cartazes e faixas, seguidas de um grande mutirão de limpeza do rio. Cientes de que o envolvimento da comunidade em qualquer processo que tenha como objetivo a construção de novos valores socioambientais é essencial, o grupo buscou envolver os segmentos sociais organizados no desenvolvimento das ações voltadas para a recuperação do rio. Dentro desse contexto 36 entidades passaram a contribuir com as atividades do grupo, dentre elas, sindicatos, igrejas, escoteiros, capoeiristas, Tiro de Guerra, União Municipal dos Estudantes, pescadores, partidos políticos, entre outros, conforme citado por Jorge Ferreira.

Logo após a campanha, aproveitando o clima de sensibilização e motivação dos envolvidos, foram realizadas várias assembléias com representantes dos segmentos sociais organizados, tendo em vista a regulamentação da ONG. Sendo assim, o processo de implantação, iniciado em 1992, foi concluído oficialmente em dezembro de 1998. A diretoria do Instituto foi composta, na sua maioria, por membros dos movimentos sociais representados, sofrendo, posteriormente, algumas modificações.

A escolha do nome da ONG se deve ao fato do Apairi ser um peixe abundante na região, além de apresentar uma característica peculiar: após o período de reprodução, o Apairi continua a acompanhar seus filhos até os mesmos saírem da condição de alevinos, adquirindo a estrutura final de peixe. Durante este processo, os filhos são engolidos pela mãe cada vez que uma ameaça se apresenta; passado o perigo, o Apairi libera os filhotes, continuando, assim, sua rotina até o enfrentamento de uma nova ameaça. Esse fato ilustra os mecanismos de sobrevivência desenvolvidos pela natureza. Nesse sentido, é feita a analogia à luta do rio para resistir ao processo de degradação imposta pela ação humana. Assim, o nome do peixe deu origem à sigla da ONG, que representa Ação para Proteção Ambiental de Itapetinga e Regiões (APAIRI).

Diante do exposto, a realidade mostra que quando os atores sociais se unem, na luta por interesses comuns, as dificuldades podem ser minimizadas, ou mesmo superadas. O Rio Catolé conseguiu atravessar aquela fase difícil, a partir da colaboração da comunidade itapetinguense, até que a “Mãe Natureza” o contemplasse com um período de chuvas abundantes.

Atualmente, a entidade encontra-se registrada nas instâncias jurídicas pertinentes às ONGs, providenciando a documentação necessária para que seja enviada ao Ministério da Justiça em Brasília, no intuito de credenciá-la como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sem Fins Lucrativos). Nesse ínterim, continua participando de ações ambientais e educativas e comemora a aprovação dos projetos de reflorestamento das matas ciliares do Rio Catolé e de

tratamento do esgotamento sanitário, pela Prefeitura Municipal de Itapetinga, antigas reivindicações desta organização junto aos gestores públicos.

A mobilização social, no município de Itapetinga, em prol do meio ambiente continua e no ano de 2002 um grupo inicia as discussões sobre a criação de uma ONG voltada para os aspectos ambiental, social e cultural do município de Itapetinga. A partir dessas discussões, no ano de 2007, foi instituída formalmente a Associação Brasileira Ambientalista Social e Cultural (ABRASC), uma organização não-governamental que tem como objetivo desenvolver projetos na área ambiental, social e cultural em Itapetinga e região. Atualmente, conta com a participação de dezesseis diretores, dentre eles advogados, professores, contadores, policiais militares, relações públicas e membros da Cooperativa ITAIRÓ.

De acordo com André Dantas, diretor da organização, a maior dificuldade enfrentada para a agilidade no processo inicial de criação da ONG foi a indisponibilidade de tempo de seus representantes, visto que não se constituía em tarefa fácil encontrar horários compatíveis para realização das reuniões, discussões e demais encaminhamentos necessários. Esse problema ainda persiste na atualidade, limitando as possibilidades de atuação da organização.

Nesse sentido, de acordo com o diretor da associação, o ideal de realização de um grande Seminário Diagnóstico, como primeira ação da ONG, ainda não foi concretizado, permanecendo apenas no campo das idéias. A diretoria pretende, a partir desse seminário, identificar os principais problemas ambientais e socioculturais que afetam Itapetinga e região, além de promover um grande debate sobre as questões sócio-ambientais, envolvendo, a partir daí, a comunidade local e regional na discussão. Contudo, em função das diversas dificuldades porque vêm passando, a exemplo da já citada, a ABRASC não conseguiu desenvolver a ação almejada. Contudo o diretor ressalta que existem outras propostas que estão sendo formatadas, inclusive com possíveis parcerias com a empresa privada.

No que tange à área privada, vale ressaltar a atuação da empresa de material reciclável - RECICLA – que, desde 2001, vem desempenhando importante papel como mobilizador socioambiental no município. Segundo o professor Wellington Freitas Soares, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a idéia de criação dessa empresa surgiu a partir da percepção de que havia na cidade, com o advento da industrialização, grande quantidade de material reciclável, que era beneficiado em Vitória da Conquista. Assim, os idealizadores do projeto partiram da premissa de que era possível fazer o beneficiamento desse material aqui mesmo em Itapetinga, agregando valor ao trabalho dos catadores de material reciclável existentes e gerando novos empregos na cidade, além de minimizar os impactos ambientais.

O ideal foi concretizado e atualmente essa empresa recicla em média 100 toneladas/mês, de material à base de plástico, atuando, ainda, como transportadora de resíduos perigosos e realiza trabalho de consultoria ambiental junto a novos empreendimentos que buscam se adequar à legislação vigente da área, além de desenvolver importante trabalho de educação ambiental, recebendo, freqüentemente, alunos de todos os níveis de ensino, da educação básica à Universidade.

Essa e todas as outras experiências bem sucedidas, no município de Itapetinga, de organização comunitária, conscientização e educação ambiental demonstram que é possível se atingir um nível de desenvolvimento menos predatório do ponto de vista socioambiental. Para tanto, faz-se necessário, dentre outras questões, o rompimento dos preconceitos e interesses ainda arraigados e predominantes na ciência, na política e na sociedade.

CONCLUSÕES

Diante da crise socioambiental por que passa a sociedade contemporânea, agravada pelo processo de globalização que não prioriza o homem, mas ao contrário, coloca todas as instâncias sociais a serviço do capital (SANTOS, 2001), têm surgido significativos movimentos internacionais de luta contra essa inversão de valores e de resgate das prioridades humanas. Essa convergência de esforços multilaterais que vêm ocorrendo em várias partes do mundo, tendo em vista contribuir para a resolução de problemas sociais e ambientais, foi perceptível também no município de Itapetinga.

A presente pesquisa demonstrou que o município tem contado, nas últimas décadas, com a atuação de significativos mediadores sociais empenhados em reverter ou pelo menos minimizar o quadro de insustentabilidade socioambiental historicamente vivenciado. Esses mediadores têm contribuído sobremaneira com a história do movimento ambientalista local e consequentemente com o desenvolvimento de ações proativas e propositivas a nível local.

Assim, em decorrência da atuação destes sujeitos, Itapetinga conta atualmente, com inúmeras realizações, fruto de antigas reivindicações desses movimentos que emergiram no seio da academia e foram atingindo outros segmentos sociais. O município, apesar de enfrentar os efeitos excludentes do capitalismo, tem vivenciado, nas últimas décadas, experiências alternativas de desenvolvimento, graças à ação proativa e propositiva de significativos mediadores sociais imersos neste contexto, demonstrando que cada lugar tem sua história, seus homens e suas capacidades de se organizarem e pensarem alternativas para si, conforme destaca SANTOS (1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAIDE, Y. D. B. Globalização: um mito da sociedade contemporânea? **Revista FAEEBA**, Salvador - Bahia, v. 16, p. 37-50, 2002.

BRAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAMPOS, E.R. **Itapetinga, a persistente busca de sua história**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.

DIMENSÃO, **Jornal**. Itapetinga, 14 de março de 1998. ED. 1998.

FERREIRA, H.F. **Pecuária leiteira na Região de Itapetinga, BA: aspectos Sócio econômicos e ambientais**. Brasília, DF: Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2002.

FREITAS, M. S; SILVA, S. L. C, E. COSTA, E. D; LESSA, A.O. O Parque Municipal da Matinha como Instrumento de Sensibilização Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, v. 19, Jul.-Dez. 2007. p. 235-245.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, M. **Itapetinga, quero te conhecer**. Itapetinga: Gráfica Moderna, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola. 1992.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **A sociedade global**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p. 189-205, 2003.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: A história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1992. 224p.

MOURA, J.J. **História e causos de Itapetinga**. Itapetinga: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1998.

NASCIMENTO, A. D. Contemporaneidade; educação, etnocentrismo e diversidade. In: JR e HETKOWSKI (orgs.). **Educação e contemporaneidade**: desafios para a pesquisa e a pós-graduação. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

OLIVEIRA, N.G. **De capital da pecuária ao sonho de pólo calçadista**: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA. Salvador, BA, Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2002.

PEDRINI, A .G e DE PAULA, J.C.. Educação ambiental. Criticas e Propostas. In: PEDRINI, A.G. **Educação ambiental**: Reflexões e práticas contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, p.88-145.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Biblioteca de Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo/ razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.